



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
CURSO DE HISTÓRIA

**O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE POUSO NOVO/RS ENTRE OS
ANOS 1980 E 1990**

Karla Ferrari Machado

Lajeado, novembro de 2017

Karla Ferrari Machado

O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE POUSO NOVO/RS ENTRE OS ANOS 1980 E 1990

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como exigência parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado, novembro de 2017

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o processo emancipatório do município de Pouso Novo/RS no final da década 1980, um período marcado por crise econômica e social em meio a qual vários distritos buscavam emancipação. O trabalho almeja entender como esse processo de emancipação ocorreu, fazendo uma análise do contexto brasileiro e problematizando as justificativas utilizadas para a emancipação do município. As duas principais hipóteses para tal acontecimento são: a emancipação traria desenvolvimento da infraestrutura e economia, além do aumento de oferta de serviços (saúde, educação e segurança) para a população. O trabalho, para concretizar a pesquisa proposta, apropria-se de fontes tanto orais quanto documentais e baseia-se no conceito de modernização, pois as justificativas para a emancipação do município são aqui tratadas como expressão de um processo de modernização e de um ideário de modernidade.

Palavras-chave: Modernização. Emancipação. Pouso Novo/RS.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	6
2.1	Referências teóricas.....	6
2.2	Referências metodológicas.....	8
3	A EMANCIPAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA ECONOMIA	112
3.1	Infraestrutura e economia nos documentos	112
3.2	Infraestrutura e economia nos depoimentos	17
4	A EMANCIPAÇÃO COMO AUMENTO DE OFERTA DE SERVIÇOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA) PARA A POPULAÇÃO	223
4.1	A oferta de serviços nos documentos	223
4.2	A oferta de serviços nas entrevistas	287
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	333
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICES.....	38

1. INTRODUÇÃO

A emancipação de Pouso Novo/RS aconteceu no ano de 1989, momento final de uma década marcada por crises tanto econômicas quanto sociais no Brasil. Mesmo com uma conjuntura socioeconômica não favorável, diversos municípios novos surgiram naquele período. Levando em consideração esse dado, esta pesquisa procura analisar o movimento das emancipações a partir da emancipação do município de Pouso Novo no Vale do Taquari/RS. Além disso, busca-se compreender o discurso de que Pouso Novo se utilizava para que acontecesse o processo de emancipação e também o papel do Estado nesse movimento.

O trabalho tem, também, como objetivo geral analisar o processo emancipatório de Pouso Novo/RS no ano de 1989, tendo como objetivos específicos: identificar os municípios que se emanciparam no Vale Taquari no final da década 1980, examinar os argumentos de emancipação nos processos jurídicos sobre a formação desse novo município e, por fim, interpretar os argumentos utilizados para que a emancipação acontecesse. A partir dessas intenções, o trabalho de pesquisa busca fazer um mapeamento das justificativas e identificar os argumentos que são mais reforçados no processo de emancipação.

Assim, as questões sobre as quais se constrói o trabalho são: quais os argumentos básicos para a emancipação de Pouso Novo? Qual o conceito de cidade implícito nos argumentos da emancipação? No decorrer deste trabalho procura-se fazer uma investigação das possíveis respostas que possam aparecer e, dessa maneira, tentar compreender como esse processo se deu e quais foram os seus desdobramentos.

O conceito a ser utilizado neste trabalho é o de modernidade, baseando-se em Marshall Berman (1986), Georges Balandier (1997), Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash (1997) e Sérgio Rouanet (2003). Esses autores ressaltam que a modernidade combina transformações tecnológicas e culturais, isto é, ao mesmo tempo em que prosperamos para sermos modernos, podemos estar desligando-nos das nossas tradições. Essa modernidade

inicia da curiosidade (inovação) sustentada por algo que o homem busca incessantemente (avanços tecnológicos) e que é sempre mutável (novos paradigmas de desenvolvimento material). Não devemos, porém, esquecer que cada vez que avançamos com vistas à modernidade, deixamos para trás algumas tradições, porque o moderno, na perspectiva deste trabalho, tem como característica um conjunto de transformações materiais e tecnológicas que impactam a cultura da sociedade.

A metodologia utilizada é a análise qualitativa. Isso porque a proposta do trabalho é, primeiramente, buscar informações nos documentos da emancipação e, depois, coletar outras informações a partir das entrevistas com pessoas da comunidade que possam completar/sustentar o que porventura for encontrado nos documentos.

A monografia está organizada da seguinte maneira: o segundo capítulo, “referenciais teóricos e metodológicos”, aborda de maneira um pouco mais aprofundada o conceito de modernidade e os processos metodológicos utilizados. Já o terceiro, “a emancipação como desenvolvimento da infraestrutura e da economia”, examina as justificativas encontradas a partir de uma perspectiva econômica e infraestrutural, já que uma das hipóteses é a de que esses fatores incentivaram os moradores a querer a emancipação de Pouso Novo. Por fim, o quarto capítulo, “a emancipação como aumento de oferta de serviços (saúde, educação e segurança) para a população”, trata da segunda hipótese, a de que a falta de atendimento básico para a população e o fator de deslocamento para outros municípios na procura desses mesmos serviços influenciou a emancipação.

2.REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão abordadas as referências teóricas e metodológicas utilizadas na pesquisa sobre as justificativas da emancipação de Pouso Novo. O referencial teórico abaixo apresentado fundamenta-se no conceito de modernização e a metodologia utiliza análises de documentos da emancipação e dados obtidos em entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram o processo histórico do município.

1.1 Referências teóricas

No livro *Tudo que é sólido desmancha no ar: aventura da modernidade*, Berman (1986) ressalta que ser moderno é se localizar em um lugar que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas que estão à sua volta, mas também pode ameaçar tudo que temos, somos ou que sabemos, isto é, ao mesmo tempo em que prosperamos para sermos modernos podemos estar desligando-nos das nossas tradições. A transformação das coisas está ligada a mudanças infraestruturais (ampliação de redes de comunicação, transporte, energia) e econômicas (aumento do comércio, da indústria, dos serviços). A ameaça às tradições, por sua vez, refere-se à sociabilidade e aos valores individuais e sociais dos hábitos urbanos que se contrastam com os rurais.

Seguindo a mesma ideia, em *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, Beck, Giddens e Lash (1997, p. 113) questionam se realmente a “modernidade destrói a tradição”, pois, segundo eles, é importante entender a fundo esse aspecto, já que muitas civilizações consideradas modernas permanecem firmemente com suas tradições. Nesse caso, os autores consideram que o processo de modernização, aqui caracterizado como um conjunto de mudanças infraestruturais e econômicas não

necessariamente provoca o esquecimento ou perda dos valores tradicionais (que se referem a um cenário rural anterior ao processo acelerado de modernização).

Em *O contorno: poder e modernidade*, Balandier (1997, p. 138) refere-se à modernidade dizendo que, “no ato de criação, a relação de modernidade resulta de uma curiosidade, de uma sensibilidade, de um encontro entre uma base longamente perseguida, sempre móvel, e o que é fator de movimento em tempo e em um lugar”. Desse modo, a modernidade inicia-se de uma curiosidade (inovação) de algo que o homem busca sem parar (avanços tecnológicos) e é sempre mutável (novos paradigmas de desenvolvimento material). Balandier (1997, p. 143) também considera que a modernidade, enquanto discurso “é geralmente qualificada de retórica da ruptura, da busca contínua e de inovação. Ela acompanha uma estética da criatividade, da novidade e do inédito”, ou seja, a modernidade traz em torno de si a imagem da mudança, da transformação, do progresso, da evolução, da ruptura, de uma nova era distinta da anterior pelo acúmulo de inovações técnicas e de suas consequências econômicas, sociais e culturais. Essa imagem é algo que Berman (1986, p. 16) caracteriza da seguinte maneira:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e luta de classes...

Para o autor, a modernização foi alimentada por várias fontes e, com isso, a vida moderna ganhou força, pois a sociedade e o homem estavam em transformação. Em *Mal-estar na modernidade*, Rouanet (2003, p. 120) afirma que a modernidade “é o produto desses processos globais de racionalização, que se deram na esfera econômica, política e cultural”. Pode-se, portanto, dizer que a modernidade é a consequência da busca de conhecimentos e de necessidades do ser humano que vão mudando durante os períodos da história e que, conseqüentemente, fazem com que haja transformações estruturais.

Para Balandier (1997), a modernidade é como um jogo de quebra-cabeças, sendo que faltam muitas peças e outras estão em andamento. Com essa analogia do autor, podemos dizer que o processo de modernização é algo constante, incompleto e incerto, pois há inovações, lacunas e mudanças no que diz respeito à ciência, à tecnologia, à infraestrutura etc.

Pensando nisso, “a modernidade se caracteriza (...) pelo valor positivo dado à mudança, mas também pelas relações de incerteza que induz ao se realizar e se difundir. Está

em todos os lugares como geradora de contribuições. (...)” (BALANDER, 1997, p. 231). A partir dessa ideia, tem-se duas visões sobre a modernidade: a primeira é a de que ela, inicialmente, é vista como algo positivo, pois remete ao novo e a mudanças que sempre têm a intenção de melhorar a vida das pessoas. A segunda visão é a de incerteza, pois sendo algo novo, não sabemos o que esperar da modernidade, dessa forma as pessoas não se sentem seguras sobre o que esperar. Para Rouanet (1934, p.124), a modernização refere-se, sobretudo, ao que é novo na sociedade, pois ela define-se

pela passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade pós-tradicional, a modernização é sem dúvida o objetivo central da Ilustração. Ela não é outra coisa que uma investida maciça para abolir as velhas estruturas do Ancien Régime substituindo-as por novas estruturas, mais racionais.

Levando em consideração o dito acima, a modernização tem como objetivo derrubar as barreiras que determinadas sociedades pré-estabelecem, pois buscam transformações nas sociedades por inúmeros fatores políticos, econômicos e sociais. A modernidade pode, então, revelar muitos sentimentos tanto positivos como negativos, mas ela sempre se pauta pelo ideal de buscar o novo e que, muitas vezes, coloca em “risco” as tradições pré-estabelecidas por aquela sociedade, por isso o sentimento de insegurança de muitos indivíduos, porque ela é algo desconhecido e a ideia de desconhecimento assusta o ser humano.

É com base nesses autores e conceitos sobre modernização que aqui se analisa a emancipação de Pouso Novo. O surgimento do município pode ser entendido como um processo de mudanças econômicas e infraestruturais que atenderiam à demanda da sociedade naquela conjuntura.

1.2 Referências metodológicas

Este trabalho de investigação consiste em uma análise qualitativa. A pesquisa tem como finalidade investigar e entender como ocorreu o processo de emancipação de Pouso Novo no final da década de 1980 através de fontes diversificadas, tanto escritas como orais. Conforme Malhotra (2006 apud Chemin 2015, p. 56), “a pesquisa qualitativa tem como objetivo alcançar uma compreensão qualitativa das razões, das motivações do contexto do problema”. Portanto, ao buscar as motivações dos pousonovenses pela emancipação, a pesquisa utiliza um método qualitativo.

Entre os procedimentos técnicos qualitativos vale esclarecer que, primeiramente, houve uma busca de informações nos documentos de emancipação de Pouso Novo no ano de 1988 e, em seguida, teve-se a coleta de mais informações a partir de entrevistas realizadas com pessoas que de alguma forma participaram do processo de emancipação do município. Além disso, buscou-se detectar as principais justificativas para o processo acima referido no ano de 1988. Segundo Bardin (1977, p. 46), “a análise documental é [...] uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados”, ou seja, a análise de documentos configura-se em uma etapa importante para construir um banco de dados.

Também para Bardin (1977, p. 45), “[...] a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”. A partir dessa afirmação, podemos entender a importância das fontes documentais para as pesquisas, pois é a partir delas que podemos fazer análises sobre fatos que, muitas vezes, só encontramos registros em documentos e podem mudar o rumo da investigação.

Para Cardoso e Vainfas (1997, p. 380), “[...] o pesquisador deve agrupar todas as formas que pertencem a um mesmo lexema, operação chamada de lematização, para em seguida verificar as relações entre palavras – temas e palavras lematizadas, as co-ocorrências etc.”, o que reforça a ideia de que o pesquisador deve articular os discursos que ele encontra nos documentos a fim de extrair as informações de relevância para sua pesquisa. Bardin (1997, p.43) considera que “[...] a linguística trabalhava numa língua teórica, encarada como um ‘conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos’”. Com isso, podemos dizer que os documentos têm conjuntos de sistemas e combinações que definem os elementos encontrados nos textos e, dessa forma, as escritas possuem elementos que as definem, sendo isso muito importante quando se procura uma linha de pesquisa.

Sobre a análise de conteúdo, Cardoso e Vainfas (1997, p. 382) afirmam que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência ou aparição podem significar alguma coisa, o objetivo analítico escolhido”. Com esse discurso, os autores falam de núcleos de sentido que na percepção deles são fundamentais para uma escolha de temática e, a partir disso, pode-se ter um objetivo analítico para se iniciar uma pesquisa.

Outro ponto que os autores também destacam sobre questões do discurso é o de que “[...] a história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou

contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). Ao evidenciarem essa análise, os autores fazem uma reflexão sobre como através dos discursos perpetuamos a história de formas variadas e que, a partir disso, pode-se contar a história para os historiadores futuramente realizarem suas pesquisas sobre esses mesmos acontecimentos. Desta maneira, ressaltamos a importância para as pesquisas, uma vez que com eles podemos ter maior quantidade de dados e maior precisão na investigação.

Para que a pesquisa se torne mais completa, além de utilizar documentos, também se buscou o recurso da história oral como forma de complementação dos documentos analisados, tendo em vista que ela

é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança (THOMPSON, 2002, p. 44).

Em outras palavras, a história oral capta o ponto de vista de sujeitos cuja memória não está representada simbolicamente nos documentos escritos. É uma metodologia que apresenta um novo olhar que vai muito além das fontes escritas e permite novas interpretações, além da valorização das histórias dos indivíduos da comunidade. Para Alberti (2004, p.22),

uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro.

Partindo dessa linha de pensamento, propicia momento de troca entre o historiador e o entrevistado, pois a história torna-se mais concreta para os dois e contribui com ensinamentos do passado que estão sendo relatados. Segundo Portelli (2010), há diferenças entre contar a história e contar histórias, pois existe um envolvimento dos fatos por parte do indivíduo ou de grupos sociais que lembram e transmitem esses mesmo acontecimentos: “a história oral é uma construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro de própria história e isso alarga seu campo de ação” (THOMPSON, 1992, p. 44). Com isso, a história oral é feita por pessoas que, muitas vezes, têm muito para contar, basta o historiador em questão garimpar os relatos expostos a ele para que a pesquisa tenha muito

mais informações sobre o objeto de pesquisa. Sobre a questão da entrevista, Portelli (2010, p. 18-19) considera que

a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem esse sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermeneuta, de interpretação. [...]. No caso de entrevistas de história oral, ele também requer uma preparação criteriosa, que transforme em interlocutores à altura de nossas entrevistas, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos.

Assim, as entrevistas são momentos de vivenciar as experiências do outro e, dessa forma, a história oral também requisita um preparo de interpretação, pois entender a expressão de vida de outra pessoa é essencial para interpretar seus relatos. A história oral é uma metodologia que traz para a história uma nova perspectiva de narrá-la: perceber relatos de fatos históricos na visão de pessoas comuns que, muitas vezes, têm olhares diferentes sobre eles.

Além de fontes escritas e orais, essa pesquisa também faz uso de uma metodologia de análise de discurso. De acordo com Cardoso e Vainfas (1997, p. 377), na análise de discurso, “... especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto”. Nessa perspectiva, depende muito o que o historiador busca com sua pesquisa, para quem ele quer dar voz e que contexto ele apresenta. Uma vez que o objetivo desta pesquisa é investigar quais foram as motivações de uma população que vive no interior do Vale Taquari para que houvesse a emancipação do seu pequeno município em um contexto nacional desfavorável, o uso de fontes orais e escritas com técnicas de análise documental e de discurso torna-se uma metodologia útil e adequada.

3. A EMANCIPAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA ECONOMIA

O processo de emancipação de Pouso Novo foi desencadeado a partir de duas justificativas básicas, conforme exposto anteriormente. Um dos argumentos presentes na documentação e expresso nos depoimentos é o da emancipação como sinônimo de desenvolvimento da infraestrutura e da economia. É a análise da justificativa da criação do município de Pouso Novo a partir desse conteúdo que será efetuada neste capítulo.

1.3 Infraestrutura e economia nos documentos

Conforme exposto na introdução, a resposta à problematização desta pesquisa gira em torno de duas hipóteses: a primeira é a de que um dos argumentos básicos utilizados para a emancipação foi o do desenvolvimento da infraestrutura e economia, porque a população tinha o desejo de melhora desses setores. Isso fica evidente nos documentos de emancipação de Pouso Novo:

Existem algumas indústrias em franco desenvolvimento, um comércio acompanha a evolução e uma agricultura diversificada, sendo os principais produtos a soja, milho, o feijão preto e a produção de frutas. Destaca-se ainda a pecuária leiteira e de corte, criação de suínos, um acentuado reflorestamento e uma apicultura com grande projeção (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p.4).

Sendo assim, coloca-se em evidência a diversidade na economia do município de Pouso Novo, que buscava uma melhoria na produção e na infraestrutura desse mesmo setor.

Entretanto, a busca pela modernização¹ não era um desejo exclusivo do município. Após a década de 1960, houve um avanço no setor da agricultura chamado de “revolução verde”², especialmente durante o período do milagre econômico³. Esse fato fica evidente na fala de Barden e Ahlert (2003, p. 11) quando dizem que,

no Vale do Taquari, em que predominava o cultivo do milho, observa-se o declínio da produção por estabelecimento rural dessa cultura, resultando da redução da produtividade da lavoura (...). Esta diminuição foi maior no período de 1920 a 1940, tanto no Vale do Taquari como no Estado. No entanto, em períodos subsequentes o declínio na região continua, enquanto no Estado se estabiliza e apresenta um acentuado incremento após 1960, período em que já está em vigor a modernização da agricultura com a chamada revolução verde.

O “boom” que o “milagre econômico” provocou fez com que a população almejasse um desenvolvimento econômico e investisse no setor agrícola. Muitas dessas famílias eram indivíduos que moravam no interior e que, de certa forma, viram que poderiam ter um giro de capital. Sendo assim, o distrito também iria beneficiar-se com esse desenvolvimento e investir ainda mais em economia e em infraestrutura. Todavia, para isso acontecer, a cidade não poderia mais depender de outro município e, dessa forma, começou o movimento de emancipação.

Vale salientar que, segundo Harvey (2005, p. 101) “a sociedade civil é forçada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica, (...)”, ou seja, ao buscar à emancipação, Pouso Novo estava tentando não só resolver os seus problemas internos, mas também estabelecer-se geograficamente, pois, para ter um bom desenvolvimento econômico, é preciso estabelecer um território, a fim de saber que recursos é possível obter com ele. Na documentação de emancipação de Pouso Novo, tem-se vários registros de como estava se desenvolvendo a agricultura na região do distrito na época como, por exemplo, a cultura do milho:

1- Cultura do milho:
a) Agricultores consultados -137
b) Área plantada – 620 Ha
c) Colheita – 2.4800 sacos”
(ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p.11).

¹ Como já foi mencionado antes, entende-se por modernização um processo de transformações econômicas, materiais, tecnológicas e sociais que transformam o cenário rural em urbano (BERMAN, 1986).

² A “revolução verde” surgiu com o objetivo de incentivar a produção agrícola com pesquisas em sementes, fertilização e maquinário.

³ O “milagre econômico” ocorreu entre os anos de 1969 a 1973, foi a combinação de uma baixa inflação e um surpreendente crescimento econômico brasileiro. (FAUSTO, 2002.)

Acreditava-se, então, que com a emancipação a modernização seria mais fácil de ser alcançada. Como ressalta Berman (1986), a modernização está ligada às transformações estruturais e econômicas de uma sociedade. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Dallabrida e Agostini (2009, p. 25) argumentam que “[...] o desenvolvimento contemporâneo de cada sociedade está condicionado aos aspectos culturais, naturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos”. Desse modo, a procura pela emancipação era vista como fundamental para que essas transformações acontecessem, porque o município tinha um grande potencial econômico, como consta na documentação do processo emancipatório:

A partir do exame dos mapas demonstrativos, tem-se aproximadamente toda a potencialidade econômica do futuro município e sua capacidade de geração de imposto, que ultrapassam o mínimo estabelecido pela legislação, de sorte que esse elemento também é favorável à postulação emancipatória (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 7).

Aragão (2014) considera que as emancipações no período do final dos anos 80 e início dos 90 foi um movimento de amplitude nacional, pois muitos estavam buscando por melhores condições de infraestrutura e desenvolvimento econômico e essas necessidades não estavam sendo atendidas. O autor afirma que “[...] relacionado ao processo brasileiro recente de constituição de municípios [havia]: a adoção de novas formas de aplicação de ações estatais e, de modo mais específico, de políticas públicas anticíclicas focadas em territórios” (ARAGÃO, 2014, p. 24).

O governo, ao facilitar as emancipações, estava focado em uma tentativa de amenizar a crise que assolava o Brasil. Sendo assim, ao distribuir nesses novos municípios os encargos de auxílio à população, estava consequentemente quitando as responsabilidades do Estado perante o povo. Com esse mesmo discurso, Aguiar et al (2009, p. 97) diz que

a Constituição Federal (1988), no inciso 3º do art. 25, transferiu para os estados a competência de instituírem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Ou seja, determinou aos estados a elaboração de suas próprias divisões regionais, assim como suas formas de gestão.

Portanto, a política do período foi fundamental para que houvesse um grande número de emancipações. No entanto, destaca-se, também, que essas emancipações num período neoliberal possam ter constituído, de alguma forma, uma manobra do Estado com o objetivo de um governo mais localizado como mostra o trecho a seguir que afirma que,

[...] se por um lado a municipalização poderia servir ao programa neoliberal de desmonte das estruturas estatais, na medida em que atividades historicamente realizadas pelos níveis de governo estadual e federal passaram a ser entregues aos municípios, mascarando por vezes neste repasse a extinção de fato da prestação da atividade, e em sentido contrário, paradoxalmente, à manutenção e ampliação de serviços públicos, por outro lado, a dimensão quantitativa do processo de emancipações no Brasil das décadas de 80 e 90 do século XX inclinou a tendência para a segunda direção, na medida em que reteve um volume de recursos federais e estaduais, via repasses obrigatórios aos municípios, certamente superior ao projetado estrategicamente pela liderança neoliberal nacional então ocupante do governo federal (ARAGÃO, 2014, p. 82-83).

Ao expor esse argumento, Aragão questiona se as emancipações dos anos 80 aos 90 foram uma manobra do governo para encobrir a falta de atendimento no setor social tanto estadual quanto federal. Isso porque o governo passava a incumbência do atendimento à população para esses novos municípios, eximindo-se, assim, de sua responsabilidade para com esses indivíduos. Além disso, com a facilitação da legislação, como foi visto antes, a promessa de um desenvolvimento econômico por parte do Estado foi, para muitos, uma oportunidade de uma vida melhor, mas para o governo foi uma forma de implantar uma economia neoliberal.

Desse modo, um sistema de economia neoliberal prevê uma redução no papel do Estado na produção de riquezas que visem ao bem-estar social e, consequentemente, recai na iniciativa privada a incumbência de atender esses setores. Portanto, a justificativa da emancipação de Pouso Novo tem como metas o desenvolvimento econômico e material como decorrência do trabalho da comunidade.

Segundo Harvey (2005, p. 175), “[...] a região urbana também pode buscar melhoria na sua posição competitiva com respeito à divisão espacial de consumo”. Assim, pode-se considerar que a urbanização de uma região pode ter vários resultados, sendo um deles o seu desenvolvimento como cidade (estruturalmente), pois segundo Barden e Ahlert (2003, p. 21), “o crescente processo de urbanização fez com surgissem também no Vale do Taquari novos municípios chegando a um total de 15, sendo que até a década de 50 tinha apenas 5 municípios. A urbanização, na região, aumentou durante o período de 1940 a 1970”.

Esse anseio pela modernização e urbanização pode ser observado nas documentações da emancipação de Pouso Novo: “Aumenta a chance de se estabelecer firmas e empresas e tornar mais forte as já existentes” (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 12.). Ou então no trecho “Sede do município próxima para os moradores da região, criação de estação de rádio, jornal, instalação de um DDD, há instalação de luz em quase toadas as localidades, tem três canais telefônicos. ” (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 3.)

Assim sendo, as regiões que antes eram interior não estavam apenas querendo um desenvolvimento na sua produção, mas também iniciar uma modernização e urbanização com viés liberal. Isso não significa a perda das particularidades que possui as regiões mais interioranas, pois segundo Beck, Giddens e Lash (1997), a modernização é um conjunto de mudanças infraestruturais e econômicas, mas que não provoca a perda dos valores tradicionais, ou seja, uma região rural não perde sua essência por que ela se torna moderna e urbanizada, pois ela pode preservar as suas características iniciais.

Para Agostini (2015, p. 28), “as particularidades regionais são as que podem dar conta do desenvolvimento na perspectiva territorial, enfatizando a dinâmica e a diversidade de cada região”. Nessa perspectiva, as diversidades de cada região fazem com que se possa ter desenvolvimento e a entrada da modernização e urbanização podem potencializar essa heterogeneidade, fazendo assim com que essas regiões e municípios pequenos tenham um desenvolvimento tanto na economia quanto na infraestrutura.

Na mesma linha de pensamento, Dallabrida e Agostini (2009, p. 31) afirmam que “pensar o desenvolvimento regional a partir dos aspectos diferenciadores econômicos, sociais, mediados pela condição político-ético-ideológica, é perceber o local e o global dialeticamente abordados. Isto é, as especificidades de cada região é que determinarão o tipo de desenvolvimento que esta terá”. Essa crença nas potencialidades da região do futuro município de Pouso Novo pode ser notada nas documentações da emancipação: “É acreditar nas potencialidades desta região” (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 12.), consolidando, assim, o pensamento de acreditar e investir nas capacidades locais. Harvey (2005, p. 152), também ressalta a questão da potencialização das regiões ao dizer que

a experiência mostra que uma economia regional eficientemente organizada [...], repleta de infra-estrutura sociais e físicas adequadas, ser benéfica para a maioria todos os elementos dentro da aliança procuram capturar e reter os benefícios obteníveis por meio do encaminhamento de fluxos de capital e força de trabalho através do território sob seu controle.

Portanto, como já destacado por outros autores, as regiões têm uma grande capacidade de desenvolvimento. Sendo assim, as emancipações de municípios menores como Pouso Novo, forneceram à população o desenvolvimento tanto econômico como infraestrutural necessário para que os habitantes desses municípios conseguissem ter uma vida de melhor qualidade. Ressalta-se, ainda, que esse era o discurso com viés liberal, conforme salientado anteriormente. Para Aragão (2014, p. 84), esse movimento de emancipações também teve uma contribuição pela crise que estava acontecendo entre as décadas de 80 e 90 porque,

segundo ele, “a multiplicação de municípios no território brasileiro cumpria adicionalmente a tarefa conjuntural de aceleração, ou mesmo de manutenção face à crise, dos tempos de recuperação do capital, inclusive pelo aumento gerado nas oportunidades de compras governamentais”.

Deste modo, pode-se notar o interesse não só dos pequenos distritos que queriam emancipar-se a fim de ter uma maior independência, mas também do próprio Estado, que estava utilizando-se desse acontecimento para redistribuir entre os novos municípios as responsabilidades: os serviços públicos seriam divididos entre o governo e os municípios, “tirando uma carga das costas do governo”, que teria a possibilidade de investir em outros setores. Sendo assim, Aragão (2014, p. 83) afirma que

[...] ao multiplicar os pontos de repasse dos recursos obrigatórios dos estados e da União, numa ordem de grandeza graficamente notável, como visto acima, a expansão de municípios contrariou efetivamente os cortes orçamentários e a redução da presença, em políticas públicas, dos níveis de governo mais abrangentes, diretamente informados pelo paradigma neoliberal.

Nesse ponto de vista, a formação de novos municípios em todo território nacional ajudou o governo a fazer cortes orçamentários, assim a responsabilidade com políticas públicas passou a ser das gestões municipais. Os municípios passaram, então, a arcar com quase todas as suas dificuldades internas.

1.4 Infraestrutura e economia nos depoimentos

O depoimento dos moradores da época da emancipação ressalta o benefício econômico que haveria para Pouso Novo ao depender menos do município-mãe, como mostra a entrevista a seguir:

A razão é pura e simplesmente porque, como distrito, não só Pouso Novo recebe os auxílios todos do município-mãe e, aí, não, não, o valor fica muito aquém, os investimentos dos municípios-mãe são irrisórios [...] situação real do emancipado. É então aí, com a emancipação, passamos ter vida própria (AB, depoimento oral, 19 de março de 2017).

A população não estava satisfeita com o que estava recebendo de repasse do município-mãe, Arroio do Meio. Foi então que começou a investigar elementos que possibilitassem o andamento da emancipação, como se pode observar na entrevista seguinte:

Na época que trabalhou e fez parte da comissão de emancipação a gente colocava e pensava o seguintes, os seguintes fatos, nós morávamos longe de Arroio do Meio, era o último distrito né e geograficamente não condizia que Pouso Novo tinha que ficar pertencendo a Arroio do Meio porque tinha sequência depois do rio Forqueta nós né, antes nós tínhamos que passar o Forqueta de qualquer forma então parecia que nós ficávamos bastante distante de Arroio do Meio então isso foi um ponto também, outro ponto é que cada documento que a gente precisava de que Pouso Novo tinha que ir a Arroio do Meio, mas para a gente ir para o Arroio do Meio tinha que passar por Lajeado então com tudo isso a gente viu que era momento de buscar emancipar Pouso Novo. (JD, depoimento oral, 25 de março de 2017).

A entrevista anterior mostra a insatisfação da população e uma das principais razões era a dependência que Pouso Novo tinha por ser distrito de Arroio do Meio. Esse descontentamento não era apenas de uma pessoa, mas sim de toda sociedade pousonovense. O sentimento fez com que houvesse uma movimentação entre os moradores para conseguir a emancipação, sendo esse movimento dos cidadãos muito importante na formação da sociedade. Segundo Agostini (2015, p. 31),

Essa participação cidadã contribui para solidificar as identidades regionais e surge da interação sócio-político-econômica, na qual os indivíduos, apesar de suas diferenças, possibilitam a identificação e o trabalho por interesses comuns. Nessas condições, as iniciativas deixam de ser tomadas por outros, que nem sempre são efetivas, e passam a ser das instituições, organizações, indivíduos de cada região.

Desta forma, o empenho da população foi fundamental para que não houvesse só a emancipação, mas também para que se expressassem os vínculos entre a comunidade. Até porque muitos cidadãos já estavam cansados de depender do município de Arroio do Meio. Para Sérgio Rouanet (2003, p. 97),

[...] emancipar significava racionalizar, tanto no sentido negativo de libertar a consciência humana tutelada pelo mito, como no sentido positivo de usar a ciência para tornar mais eficazes as intuições econômicas, sociais e políticas, aumentando com isso a liberdade do homem como produtor e consumidor da cultura como agente econômico e como cidadão.

Assim sendo, podemos dizer que ao se emancipar, Pouso Novo estava “libertando-se” e tomando as próprias rédeas de sua governança, o que possibilitou um maior investimento em setores como economia e infraestrutura que, como já mostrado nas entrevistas anteriores, era uma das grandes questões do distrito, uma vez que o repasse do município-mãe não era o suficiente para investir nessas áreas de forma adequada. Ainda, segundo Aragão (2014),

[...] a perda de legitimidade do regime militar implantado em 1964, dada a deterioração da situação econômico-social na segunda metade da década de 70, conduziu à redemocratização formal do país em meados dos anos 80, com o advento

da Nova República. Assim, a restauração da cidadania formal no Estado de Direito, sintetizada na Constituição de 1988, associou-se de modo inextrincável ao enfrentamento da crise econômica em curso no período.

O período da emancipação era um momento conturbado no cenário nacional, pois estava-se deixando o Regime Militar e entrando-se em um novo modelo político pautado pela democratização e pela instalação de um novo sistema econômico que era o neoliberalismo. Pode-se observar esse momento das emancipações no Vale Taquari e como esse período estava frágil, nas palavras de Faleiro (2009, p. 79), ao afirmar que,

(...) até a década de 1990, por algumas ameaças e outras oportunidades, que tentaremos resumir em que em quatro aspectos principais: as macropolíticas, vale dizer, as políticas federais; as micropolíticas locais: por um lado, gestores atrair as diversas municipalidades do Vale Taquari para a causa do Ensino Superior, dentro da ideia de regionalização, por outro, ainda as intrigas políticas-partidárias, que somavam às diversas fragilidades.

Analisando a citação acima posta, pode-se notar como esse período do final dos anos 80 estava inconstante, pois era permeado por uma atmosfera de plena mudança que iria marcar totalmente a história do Brasil. Para os distritos que se emanciparam, como Pouso Novo, foi o momento que fez com que as pessoas se sentissem importantes pela conquista de transformar o local que eles moram em um município. Aragão (2014, p. 105) afirma que “[...] vemos na mudança da esfera pública e da cidadania brasileira as causas e consequências do fim do regime militar de 1964 e da redemocratização formal do país, e as mudanças estruturais correspondentes no Estado brasileiro e nos atores de sua cena política”.

Com essas situações acontecendo no contexto brasileiro as emancipações também são o resultado dessas mudanças no cenário político brasileiro, em visto que com a emancipação as comunidades passaram a ter maior controle de si mesmas e consequentemente conseguiu atender melhor sua população. Como o morador de Pouso Novo relata a importância da emancipação para a economia local, visto que um setor estava sendo negligenciado, já que não havia verba suficiente:

Como passou a ser governado aqui mesmo, começou se governar numa realidade que se vivia aqui entendeu, porque analisa o seguinte nós estamos a 50 km de Arroio Do Meio. Lá é parte baixa e aqui parte alta então em termos de agropecuária a realidade é totalmente outra, em termos de mercado e comércio né nós temos o nosso mercado local, indústrias o comércio local antes a gente dependia muito de Arroio do Meio então se melhorou bastante nessa área aí (C.B, depoimento oral, 26 de março de 2017).

Segundo Habermas (2003, p. 262), o Estado tem uma “obrigação social” e precisa ter um equilíbrio entre “interesses que surge se mantenha no âmbito do interesse geral”. Dado isso, ao tornar-se município, Pouso Novo teria que pesquisar quais as principais

necessidades dos seus habitantes para que os interesses de todos fossem escutados, afinal, agora o pequeno município andava com “pernas” próprias e queria progredir, trazer o desenvolvimento econômico para a região, como revela a entrevista a seguir:

Mais no momento as coisas... os dias foram passando então quer queria ou não queria a administração ela tem o dever de fazer com que como com vida própria, tendo autonomia é prioridade que as sociedades almejam também que possa progredir e a sociedade progredido é a única maneira para que o município seja o grande contemplado no que diz a respeito à produção (A.B., depoimento oral, 19 de março de 2017).

Aragão (2014, p. 87) afirma que “[...] considerando-se o dado de que a maior parte dos municípios brasileiros é rural, observa-se na expansão da criação de municípios uma busca de poder político e social”. Assim, pode-se considerar que, ao emanciparem-se, os municípios eram em grande maioria da região do interior, não tinham muita infraestrutura e buscavam autonomia para administrar suas próprias comunidades, como pode-se notar na entrevista a seguir, que relata as justificativas para a emancipação de Pouso Novo, entre as quais estão as questões infraestruturais:

As principais justificativas foram assim há as carências que nós tínhamos em vários setores sócio, econômico e educacionais nós dependiam tudo do nosso município mãe que era Arroio do Meio, por exemplo de banco nós não tinha nenhuma agência bancária aqui em Pouso Novo, nem um posto bancário nós não tínhamos aqui, por parte de cartório tudo dependia de Arroio do Meio, não havia cartório aqui, nós não tinha polícia civil nem brigada, nós não tinha o sindicatos era de Arroio do Meio, EMATER nós não tínhamos e aí depende de lá de baixo, nós tinha problemas também com o sistemas de comunicação (C.B, depoimento oral, 26 de março de 2017).

Essas justificativas também são relatadas por mais uma moradora de Pouso Novo. Ela diz que, antes da emancipação, os habitantes da cidade sempre tinham que se deslocar a Arroio do Meio para atividades corriqueiras: “Uma das principais justificativas era a distância que nós tínhamos com a sede de Arroio do Meio, que tudo muito distante, como para a saúde, como para as estradas, para as obras e tudo que a gente necessitava aqui, tinha que ir até Arroio do Meio” (A.Ba, depoimento oral, 26 de março de 2017). Observado isso, pode-se entender que, ao conseguir o seu autogoverno, Pouso Novo poderia dirimir esse difícil acesso e atender melhor as emergências dos moradores do município.

Vale considerar que a utilização da história oral é fundamental para entender os fatos históricos pela visão das pessoas que, de algum modo, participaram ou presenciaram esses acontecimentos. Segundo Thompson (1992, p. 25), “no sentido mais geral, uma vez que a

experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha uma nova dimensão”. Dessa forma, percebe-se que a história oral é um meio muito importante para se ter respostas que vão contribuir para a pesquisa, pois com ela podemos ter perspectivas diferentes sobre o mesmo fato histórico.

Outro ponto que também pode ser observado para a fácil aceitação dos processos emancipatórios é a questão de verba que era disponibilizada logo após os primeiros anos do município. Esse fator pode ser observado na entrevista a seguir, em que o entrevistado relata que nos anos que sucederam à emancipação houve muito dinheiro disponibilizado para o novo município. Com esse dinheiro o primeiro prefeito conseguiu disponibilizar alguns serviços cujo uso só era possível ao dirigir-se a Arroio do Meio:

O primeiro ano dos quatro anos de emancipação de Pouso Novo, Pouso Novo ganhou muito dinheiro, porque ficou com índice de retorno de impostos do FPM tudo, ficava com o município mãe... os quatro anos subsequentes até hoje não, aí é conforme a venda da indústria, do comércio da cultura e por assim adiante. (J.D., depoimento oral, 26 de março de 2017).

Vale lembrar que o período caracterizado nas emancipações era o de crise com inflação alta e um grande número de desempregados. A esse respeito, Faleiro (2009, p. 79) afirma que “[...] a política econômica do País, já no final do “milagre econômico”, foi marcada, no período, por limitadora instabilidade permitindo apenas planejamentos de curtíssimo prazo, a exemplo do que registra a ata da Reunião do Conselho Diretor da FATES, de 19 de dezembro de 1979”. Dessa forma podemos retomar o discurso anterior, no qual Aragão (2014) salientou o interesse dos governos tanto estadual como federal em repassar as responsabilidades de assistência à população.

Desse modo, os novos municípios seriam responsáveis pela oferta de serviços que o Estado já não estava sendo capaz de oferecer à população. Até porque o país estava entrando numa era de política neoliberal e “no ambiente de crise profunda do Brasil das décadas de 80 e 90 do século XX a questão dos tempos de recuperação dos capitais tornava-se ainda mais aguda devido à deterioração das expectativas dos agentes econômicos” (ARAGÃO, 2014, p. 84).

Então, pode-se dizer que as emancipações dos anos 80 e 90 não foram apenas de interesse dos municípios, como também do governo federal, que pretendia delegar responsabilidades. Enquanto os novos municípios desejavam maior desenvolvimento econômico e infraestrutura, o Estado brasileiro adotava um modelo liberal de

desenvolvimento que desobrigava o governo federal do compromisso com o desenvolvimento econômico e com o atendimento das demandas sociais.

4. A EMANCIPAÇÃO COMO AUMENTO DE OFERTA DE SERVIÇOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA) PARA A POPULAÇÃO

O processo de emancipação de Pouso Novo foi desencadeado a partir das duas justificativas básicas supracitadas. Um dos argumentos apresentados na documentação e nas entrevistas é o da emancipação como sinônimo de melhorias na oferta de serviços (saúde, educação e segurança) para os habitantes. É a análise da justificativa da criação do município de Pouso Novo a partir desse conteúdo que será efetuada neste capítulo.

1.5 A oferta de serviços nos documentos

Como visto anteriormente, a população de Pouso Novo estava em busca de melhorias para sua comunidade, principalmente no setor de serviços públicos como saúde, educação e segurança. A modernidade, de acordo com Balandier (1997, p. 140), acontece

na medida em que exprime uma realidade fragmentada, revela uma temporalidade igual. Ela oculta o que não é imediato, cotidiano, atual; ela valoriza o efêmero. Ela força o indivíduo à conquista do presente do seu presente, e gestão de uma nova vida tende a tornar-se a de seus momentos sucessivos.

Dessa forma, os pousonovenses, ao buscarem a emancipação, estavam conquistando não só sua liberdade na questão da gestão, como também uma nova vida para seus habitantes. Assumindo a gestão do município, haveria a possibilidade de oferecer serviços básicos para a população, como pode ser observado na documentação da emancipação: “Num município novo a administração tem mais chances e mais dever de fazer seu plano ouvindo as prioridades das comunidades. A criação de um município novo vai fixar o homem à região, principalmente os jovens” (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 13).

Para Harvey (2005), pode-se considerar que, num local urbano, há a formação de sociabilidades que podem gerar algum tipo de “empreendedorismo” urbano. Dessa maneira, considera-se que, com a formação de um governo municipal, as classes sociais de Pouso Novo imaginavam que poderiam trabalhar juntas para o benefício da economia e da vida social no futuro município.

De acordo Alonso (1984 apud BARDEN; AHLERT, 2003, p. 19), “os investimentos foram canalizados para onde houvesse maior rentabilidade (indústria e serviços), como consequência, estes setores passaram a atrair a mão-de-obra em geral”. Então, com as emancipações e o recebimento do dinheiro do governo, a gestão poderia investir os recursos nos setores que precisavam e que, conseqüentemente, gerariam mais empregos, porque com mais oferta de serviços públicos a prefeitura deveria oferecer cargos para seus cidadãos exercerem novas funções. Entre as necessidades da população de Pouso Novo estavam a

Instalação de bancos, agencia de Correios, será criado um 2º grau o sistema escolar será aprimorado com mais horários de ônibus, facilitar atendimento médico e odontológico as comunidades transformando o sub-posto atual da sede em um posto de higiene (saúde) no qual teremos mais números de enfermeiras, atendimento médico diário, ambulatório médico para os primeiros socorros, instalação de uma farmácia, possibilidade de atendimento odontológico aos contribuintes do INPS (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 12 -13).

Como pode ser observado na citação acima, os habitantes do município necessitavam serviços básicos como bancos, agência de Correios, escola com ensino médio, um atendimento à saúde adequado, pois como relatado, o “subposto” não tinha infraestrutura para atendimentos que demandavam mais recursos. Para Carvalho (2008), mesmo com a redemocratização do país, a sociedade brasileira enfrentava problemas de serviços públicos de saúde e de saneamento básico e também na questão da segurança pública.

Aguiar et al (2009, p. 85) afirma que “[...] ao final de século XX, vários projetos de desenvolvimento enfrentavam realidades socioeconômicas que não os legitimavam enquanto alternativas válidas para o conjunto da sociedade”. Dessa forma, pode-se concluir que o contexto social não estava favorável para as necessidades das populações mais necessitadas. Também, para Aragão (2014, p. 87),

somada a isto a facilidade relativa dos critérios exigidos pela legislação advinda de período (anos 60) anterior à crise em questão, e a oportunidade de mobilização e organização oportunizada pela redemocratização, tem-se, ainda no marco mais geral das condições capitalistas periféricas já referidas, o contexto para a ocorrência da grande quantidade de criações de municípios no Brasil e no Rio Grande do Sul verificada nos anos 80 e 90 do século XX.

Desse modo, pode-se verificar que a crise social que o Brasil estava vivendo contribuiu, de certa forma, para que as emancipações acontecessem naquele período, além de ser possível constatar o grande interesse do governo federal em repassar os serviços de necessidades públicas a outras mãos. Também pode-se perceber o discurso da modernização muito vivo na mente da população brasileira, pois o país passou pelas ‘Diretas, já!’ e estava passando pela formulação da Constituição 1988 que causou um processo fundamental de construção do país e da mobilização social. Como relata Pinsky (2003, p. 541),

a volta à democracia, culminada com a mobilização em favor das eleições diretas – a maior campanha popular da história brasileira, considerando o número de pessoas nas ruas das capitais e das demais cidades importantes –, criou um ambiente de otimismo no conjunto do país, sustentando pela crença na força da instituição eleitoral como expressão do poder popular.

Sobre a questão da força da população, Habermas (2003, p. 281) afirma que “[...] o conceito de opinião pública, desvivido psicossociologicamente em relações grupais, consegue novamente inserir-se naquela dimensão que a categoria outrora desenvolveu o seu significado estratégico”. Sendo assim, as mobilizações sociais que aconteceram anteriormente às emancipações formaram o pensamento da busca dos direitos e também a consciência da sua importância para a sociedade. Com isso, “as ‘condições de produção’ de um discurso têm a ver com o ‘ideológico’, com os valores sociais da sociedade que produz, ao passo que as ‘condições de seu relacionamento’ dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade” (CARDOSO; VAINFAS, p. 378).

Outro ponto que a documentação da emancipação de Pouso Novo apresenta é a questão da distância do distrito para com o município-mãe. Nesses documentos ressalta-se que a emancipação da localidade ofereceria uma melhora de vida à população e destaca-se a importância de ter os recursos mais próximos, a fim de que se pudesse oferecer serviços mais rápidos e de melhor qualidade, como visto abaixo:

A sede do município mais próximo permite um controle mais de perto de representação, as máquinas municipais estarão mais perto de nós para as nossas necessidades, existem verbas federais e estaduais os municípios pequenos tem vantagem sobre os grandes (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p. 12).

Sobre a urbanização, Harvey (2005, p. 171) escreve que “o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizadas por diversos agentes

sociais”. Pode-se, então, dizer que as localidades que se emanciparam precisaram organizar o seu espaço de forma sistemática, pois estavam transformando sua pequena localidade em um novo município. Sobre isso, Aragão (2014, p. 10) comenta que,

numa leitura mais precisa e fundamental do fenômeno, de uma fração da classe trabalhadora do Brasil, os movimentos sociais dos trabalhadores rurais, participar ativamente de (...) uma expansão do Estado capitalista brasileiro no território, através do desdobramento da estrutura estatal em dezenas, talvez centenas dos milhares de municípios emancipados nas décadas de 80 e 90 do século XX.

Desta forma, pode-se dizer que as emancipações foram um sucessivo de acontecimentos econômicos e sociais que teve a participação de trabalhadores rurais, pois, no caso de Pouso Novo, trata-se de um município que se localiza no interior do estado do RS. Com isso, os moradores buscavam modernização urbana através dos serviços públicos, pois os novos municípios estavam na busca de uma modernização de sua localidade na tentativa de oferecer aos seus moradores melhores condições de vida, já que tudo que a população precisava poderia ser encontrado no município de Pouso Novo, sendo que não era mais necessário deslocar-se para outros municípios a fim de realizar atividades do dia a dia.

Segundo Carvalho (2008, p. 215), “a parcela da população que pode contar com a proteção da lei é pequena, mesmo nos grandes centros. Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros podem ser devidos em classes”. Dessa forma, pode-se apontar que o contexto pelo qual o Brasil estava passando naquele período não era fácil para grande parte do povo brasileiro, pois os direitos civis só eram garantidos as pessoas que tinha algum status na sociedade. Isso, conseqüentemente, deixa o resto dos cidadãos “à mercê”, sem garantias de saúde, educação e segurança, que são premissas para que possa ter uma boa qualidade de vida. Essa falta de atendimento nos setores mais básicos da sociedade brasileira fez com que muitos procurassem a emancipação, pois além de garantir esses direitos aos seus habitantes, também modernizavam e urbanizavam a localidade em que viviam.

Aragão (2014, p. 28) explica que “ as emancipações municipais também estão incluídas entre as atividades formadoras da cidadania brasileira contemporânea e da sua esfera pública”. O autor ainda diz que as emancipações foram um movimento para a formação da cidadania das pessoas da comunidade, uma vez que elas estavam em busca de uma representação que atendesse às necessidades que elas tinham e, com isso, puderam exercer seus direitos de cidadãos.

Pinsky (2003, p. 541), ao escrever sobre a história da cidadania no Brasil, argumenta que “a Constituição de 1988 trouxe a ideia de uma instrução eleitoral conquistada. Trouxe o

direto do voto o analfabeto e o fim de uma série de discriminação”. Com a Constituição, considerava-se que o Brasil havia se modernizado, pois ela determinava o fim de várias discriminações (perante a lei) e apresentava um discurso de um país moderno em que todos eram iguais e enxergava a diversidade que há no Brasil. Com esse pensamento de modernização e prosperidade, viu-se o momento ideal de exercer cidadania, como descrito na citação acima. Além disso, para Balandier e Martins (1997, p. 149), ao abordar a modernidade em sociedade, eles dizem que

em suma, modernidade surge ao equipar diferentes a sociedade, ao provocar uma transformação quantitativa e qualitativa dos meios de que dispõe, ao instaurar uma mudança das representações coletivas e a consciência de outro processo histórico, estabelecendo no final uma subversão das relações com as sociedades participantes.

Então, o processo de modernização que aconteceu, tanto no sentido de leis mais flexíveis que atendam a grande maioria de sua população, como no repasse de oferta de serviços do Estado para esses novos municípios que tem mais possibilidade de atender às necessidades dos seus habitantes, são transformações que resultam de um processo histórico de uma mudança de representações coletivas, que é a consolidação de relações dos indivíduos que participaram de forma ativa nesses processos. Sobre isso, tem-se o registro das necessidades de vários serviços públicos nos documentos da emancipação:

Os serviços de Ciretram, Sindicatos, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Delegacia de Polícia e Prefeitura ficam próximos. Um município novo pode criar novas linhas de ônibus independente das empresas atuais, não existe aumento de imposto por causa de um novo município. ” (ATA DA PREFEITURA DE POUSO NOVO, 1987, p.12).

Como pode ser observado, o futuro município tinha várias necessidades, dentre elas a criação de secretarias de educação e agricultura para facilitar o atendimento dos seus moradores. Além disso, necessitava a instalação de sindicatos, delegacia e prefeitura que, como citado, ficariam mais próximos dos habitantes de Pouso Novo que, enfim, teriam um atendimento de melhor qualidade. Outro ponto que pode ser observado é a preocupação da criação de uma linha de ônibus, pois assim os moradores mais afastados do centro administrativo poderiam deslocar-se com mais facilidade pelo território do município.

Dessa forma, pode-se concluir que a procura da emancipação foi o resultado de várias motivações, pois no contexto do período estavam acontecendo muitas transformações, tanto econômicas quanto sociais. Como foi mostrado nesse subtítulo, a população brasileira estava motivada a exercer sua cidadania por meio de várias manifestações e do discurso de liberdade,

o que pode ter influenciado a emancipação baseada no discurso de modernização e de uma vida melhor para os seus habitantes.

1.6 A oferta de serviços nas entrevistas

Fausto (2002. p.525) comenta sobre os avanços que a nova Constituição de 1988 trouxe para o país ao dizer que,

com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área de extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias. Entre outros avanços, reconheceu-se a existência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais.

A partir da afirmação de Fausto, podemos entender que a Constituição teve um papel crucial na formação dos cidadãos, pois é com ela que se começa a pensar nos direitos e deveres dos cidadãos na sociedade tanto em grupo como em individual. Sobre essa época, Carvalho (2007, p. 193) afirma que “os brasileiros iniciaram o que se chamou uma ‘Nova República’ com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um novo país”. Com sentimento de pertencimento e de formação de nação, muitos locais que eram distritos viram a chance de também exercer sua cidadania sustentados pelo sentimento de modernidade que a Constituição transpassa às emancipações.

O sentimento de modernidade pode ser observado na seguinte entrevista, em que o entrevistado comenta como seria se não houvesse município, elencando as possíveis consequências: “eu fico imaginado às vezes como nós estaríamos se não fosse município, acredito que se hoje reclamamos que a juventude vai embora, como seria se não tivesse se emancipado eu acredito que até os mais velhos já tinha ido tudo embora” (C.B. depoimento oral, 26 de março de 2017). Pode-se, dessa maneira, concluir que a emancipação foi importante, pois trouxe segurança para os moradores em relação ao futuro da comunidade. Em outra entrevista, o entrevistado relata como aconteceram as primeiras mudanças significativas na localidade e faz referências às áreas da saúde e da educação:

Houve mudanças, na educação houve muitas mudanças quando iniciamos o município conseguimos tínhamos o primeiro grau e logo foi colocado o segundo grau então os alunos que terminam o primeiro grau não precisava buscar recursos intelectuais em outros municípios ou iam para Lajedo ou para Soledade, então houve na saúde bastante mudanças a gente começou com um médico, com uma enfermeira, e hoje nós sabemos... Uma Kombi velha para transportar doentes para Porto Alegre

porque outra condição não tinha e era muito difícil dar aquela atenção e então tinha ou uma enfermeira que tinha pouca gente, hoje nós temos um posto de saúde dando boa assistência para a população com carros e ambulância enfim educação e saúde principalmente (Â.B, depoimento oral, 26 de março de 2017).

Pode-se observar, no relato acima posto, que através da emancipação houve mudanças significativas na educação e na saúde, porque foi instalada a escola de ensino médio na localidade logo após a emancipação, sendo que antes as pessoas que quisessem continuar os seus estudos tinham que se deslocar para os municípios de Lajeado/RS ou Soledade/RS. Outro ponto ressaltado pelo entrevistado são as mudanças na oferta da saúde para a população, pois conseguiram recursos para levar médicos à cidade, enfermeiras e também uma Kombi para transportar os doentes para a capital. Além disso, no relato também se faz uma menção à atual frota de transporte da saúde.

Ao observar as mudanças que foram salientadas pelo entrevistado, podemos observar o discurso de modernização nos setores de ofertas de serviços, como destacam Balandier e Martins (1997, p. 143) ao dizerem que “a retórica da modernidade, o que a constitui enquanto discurso, é geralmente qualificada de retórica da ruptura, da busca contínua e de inovação”. As mudanças que a emancipação promoveu no novo município podem ser consideradas como inovação e progresso, em que a ruptura proposta pelos autores fica bem clara no discurso do entrevistado que faz comparações do antes e depois.

Para Aragão (2014, p. 103), “a verificação da tipologia das situações políticas locais (no caso, municipais posteriores à emancipação em tela) possibilita-nos a constatação de mudanças quantitativas ou qualitativas na situação político-social do município”. Dessa forma, as emancipações tiveram uma importância nas mudanças políticas/sociais nas comunidades que estavam na busca desses avanços. Essas transformações podem ser observadas na entrevista abaixo transcrita, em que o entrevistado relata melhora na infraestrutura do sistema de saúde do município:

Da época da emancipação até hoje melhorou cem por cento, principalmente na área de saúde, naquela época me lembro que tudo dependia dos hospitais, dos médicos, dos dentistas de lá de Arroio do Meio, hoje nós temos um posto de saúde eles tem ambulâncias e ambulâncias com UTI, há médicos né dois a três médicos tem dentistas, temos enfermeiras e com um atendimento local, então antigamente ia no médico quando tinha problemas graves de saúde.[...] Na parte de remédios até então dava trinta por cento de descontos do valor dos remédios uma pessoa que tem um poder aquisitivo menor pode pegar porque tem um desconto significativo (C.B., depoimento oral, 26 de março de 2017).

Como relatado pelo entrevistado, antes da emancipação, as pessoas deslocavam-se até o município-mãe para ter um atendimento adequado, mas depois de emancipada a comunidade conseguiu vários benefícios que, conforme fala transcrita acima, contemplam adquirir ambulâncias com UTI, enfermeiros, médicos, dentistas e remédios com 30% de desconto. Esse mesmo discurso também aparece na entrevista a seguir,

Meu Deus! Olha tendo um posto aqui tinha médico aqui, antes não tinha, tinha um médico mas era um posto bem pequeninho que pertencia a Arroio do Meio, então quando alguém ficava doente uma tinha que ligar para Arroio do Meio ou procurar por Arroio do Meio, a partir disto a gente teve um posto, teve um delegacia, a gente foi se estruturando né, Pouso Novo foi se estruturando e que tinha cartório, antes não tinha se tinha um documento tinha que correr para Arroio do Meio, que levava mais que um dia de ir e voltar né, então hoje temos tudo (J.D. depoimento oral, 26 de março de 2017).

Além de relatar melhorias na saúde, o entrevistado também comenta sobre a instalação da delegacia e a colocação de um cartório na cidade, que facilitou muito a vida das pessoas, pois, se quisessem registrar alguma coisa, deveriam ir até Arroio do Meio. Essas mudanças foram significativas para a população de Pouso Novo no sentido de deixar de depender de alguém e começar a “andar com as próprias pernas”. Além disso, foi também muito importante para a formação de cidadania dos pousonovenses, porque, de acordo com Carvalho (2007, p. 9) diz que

é possível haver direitos civis sem diretos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado. [...]. Se haver direitos civis se direitos políticos, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdos e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos.

Ao promover a emancipação, as pessoas também estavam exercendo seus direitos políticos, algo que também é importante para a formação do cidadão e possibilita procurar os diretos como educação, saúde e segurança. Sobre a urbanização, Sposito (2012, p.64), diz que, “os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidades de um lado e o campo do outro, mas ao contrário, está produção compreendeu uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços”.

Com isso, a produção do capitalismo estabelece uma articulação entre os espaços urbanos e o campo e as relações interior e da cidade não podem ser trabalhadas de forma separada, mas sim como um componente que estrutura a sociedade. Assim, podemos

relacionar o contexto pouso novense com a modernidade, pois com o estabelecimento da relação cidade-campo, a modernidade promove o discurso de progresso que transcende barreiras em nome de melhorias e transformações. Nesse sentido,

a modernidade é então identificada, aparece como um fato de consciência associado a figuras ideológicas sinalizadoras de mutações. Já é uma tomada de consciência de um duplo movimento: de um lado, uma decadência; de outro, uma eclosão simultânea de novas possibilidades. (BALANDIER; MARTINS, p.140)

A modernidade e a urbanização estão relacionadas e, como dito pelo autor acima, a primeira tem duas perceptivas, a decadência e a nova possibilidade almejada pela população de “mutações” e sua sociedade, o que fica evidente nas entrevistas dos moradores do município. Podemos considerar, portanto, que as transformações foram tanto um processo de modernização como também de urbanização de sua localidade.

Ainda sobre a urbanização, Sposito (2012, p. 66) afirma que, “a ampliação do processo de urbanização (aumento do número de cidades e formação de grandes áreas metropolitanas) determina a articulação entre os lugares e acentua a divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se produzir.” Assim, a urbanização pode ajudar a ampliar a articulação da economia que, conseqüentemente, melhora o giro de capital e, dessa forma, a administração do município pode aumentar a oferta de serviços públicos, já que os avanços nesses setores provocam a modernização naquela localidade.

Em suma, modernidade surge ao equipar diferentes a sociedade, ao provocar uma transformação quantitativa e qualitativa dos meios de que dispõe, ao instaurar uma mudança das representações coletivas e a consciência de outro processo histórico, estabelecendo no final uma subversão das relações com as sociedades participantes (BALANDIER, 1997, p. 149).

A partir dessas considerações sobre modernidade e urbanização, pode-se concluir que uma está vinculada à outra porque onde há a modernização infraestrutural e econômica, o desenvolvimento urbano caminha a seu lado. É possível perceber esse raciocínio na entrevista a seguir, em que o entrevistado ressalta o desenvolvimento urbano após a emancipação, fazendo uma comparação entre o antes e o depois:

Nós ao assumirmos éhhh não tínhamos estrutura, Pouso Novo na época tinha a subprefeitura é tinha o colégio estadual aí, mas nós não tínhamos autarquias praticamente nenhuma né, são os equipamentos pro povo usufruir, por exemplo não tinha banco, trouxemos o banco no primeiro ano, não tínhamos cartório trouxemos o cartório no primeiro ano, não tínhamos a Emater, trouxemos a Emater com o quadro completo no segundo ano, não tínhamos correio, trouxemos o correio, não tínhamos

brigada, tínhamos polícia civil trouxemos também no segundo ano éhhh além disso a demanda era muito grande precisamos de equipamentos, por exemplo da prefeitura... (A.B; depoimento oral, 19 de março de 2017)

A partir desse relato, pode-se determinar que a emancipação promoveu o desenvolvimento urbano, mas isso só aconteceu porque houve uma ruptura de pensamento, uma vez que os habitantes de Pouso Novo não enxergavam vantagens em permanecer como distrito, acreditando que a emancipação poderia melhorar as condições de vida da população no sentido de melhoras na oferta de serviços públicos.

Com isso, podemos afirmar que as emancipações no final da década de 80 e início da década de 90 tiveram vários fatores que contribuíram para que esse movimento ocorresse. Entre esses fatores, o Estado demonstrava um discurso neoliberal em que buscava cortar gastos e ajustar a economia, para isso acontecer utilizou o movimento das emancipações para repassar os deveres do Estado para esses novos municípios, pois estes queriam melhorar as condições de vida dos seus habitantes. Dessa forma, o Estado utilizou-se de um discurso de modernidade e progresso (urbanização da comunidade) para que esses distritos se sentissem instigados a emancipar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como principal o objetivo fazer uma análise do processo emancipatório de Pouso Novo, considerando o contexto do final da década de 80 e as justificativas utilizadas para esse processo. As principais problemáticas que o trabalho considerou foram os argumentos básicos para emancipação e o conceito utilizado para esses argumentos. A partir dessas duas problematizações surgiram duas hipóteses, que foram a base do trabalho: a emancipação como desenvolvimento da infraestrutura e da economia do município e a emancipação no aumento e melhora nos serviços públicos (saúde, educação e segurança).

No terceiro capítulo é abordada a hipótese da infraestrutura e da economia como justificativa para que houvesse a emancipação. Partindo desse argumento, começou-se a fazer o levantamento de dados e teóricos que pudessem auxiliar nessa linha de raciocínio. Então, no decorrer da escrita desse capítulo, pôde-se concluir que a política econômica que estava se estabelecendo naquele período foi um dos grandes fatores que contribuíram para a emancipação. Além disso, é possível dizer que os governos Federal e Estadual contribuíram com a facilitação na legislação e, sem isso, muitas emancipações não poderiam acontecer. Nessa perspectiva, o governo utilizou-se de um discurso de modernização para incentivar ainda mais as emancipações, pois estava tendo que repassar as responsabilidades de atendimentos à população para esses futuros municípios.

No quarto capítulo foi examinada a segunda hipótese, que elenca a questão do aumento e melhora nos serviços públicos (saúde, educação e segurança). Como foi mostrado no capítulo, a falta de atendimento a setores básicos para a população e a necessidade de deslocamento para outros municípios foram recorrentes justificativas para a emancipação

devido a insatisfação pouso novense. Além disso, o Brasil estava passando por uma redemocratização e, devido a isso, a questão da cidadania estava muito presente na rotina dessas pessoas, isso para não mencionar as manifestações como a ‘Diretas, Já!’, de anos antes, cuja imanência estava ainda muito presente no exercício da cidadania naquele momento.

Com essa pesquisa, pode-se concluir que as emancipações tentaram atender a várias demandas como a de municípios como Pouso Novo, que estavam insatisfeitos com sua situação econômica e estrutural. Seus habitantes sentiram-se “incentivados” a procurar melhorias que só poderiam acontecer com as emancipações e, como a questão da cidadania estava ainda muito presente, intensificou-se o desejo de emancipar-se.

Também, o governo federal estava estabelecendo um novo sistema político – a democracia – e começando uma nova estratégia econômica, que era o neoliberalismo e que consiste numa redução do papel do Estado tanto na produção de riqueza quanto no bem-estar social, o que, conseqüentemente, gera mais responsabilidade às iniciativas privadas que atendem esses setores. Como o governo tinha interesse que os municípios assumissem essas responsabilidades, instauram-se algumas brechas na nova Constituição e utiliza-se o discurso de modernização para que as cidades se sintam ainda mais incentivadas a emancipar-se.

A emancipação trouxe, realmente, melhorias na oferta de serviços, como o estabelecimento de um posto de saúde equipado para os primeiros atendimentos, com médicos e enfermeiros e com uma farmácia que dá remédios de graça para a população. Além disso, a prefeitura estabelece parcerias com hospitais para levar os seus doentes mais graves à capital e também conta com vários meios de transporte para locomoção deles. Na questão da segurança, nos primeiros anos após a emancipação, houve a instalação da Brigada Militar e da Polícia Civil em Pouso Novo, sendo que hoje o município também dispõe de dois bancos, ofício de registro civil e tabelionato de notas, uma escola estadual, uma escola municipal e uma escola de ensino infantil. Em alguns anos, o município criou uma estação de rádio comunitário, “o eco da serra” e, para finalizar, uma biblioteca municipal no intuito de incentivar a leitura da população.

No setor da economia, Pouso Novo é basicamente agrícola. Por muito tempo a principal renda do município foi a avicultura, suinocultura e bovinocultura. Um ponto que Pouso Novo não conseguiu alcançar com a emancipação foi a atração de empresas, de modo que não possui muitas ofertas de empregos para os mais jovens, fazendo com que muitos saiam do município para procurar trabalho em outros lugares. Atualmente, contudo, a prática econômica que está ganhando forças é a agroindústria familiar, que vem gerando renda e emprego para as famílias.

A emancipação, por fim, foi importante para Pouso Novo, pois proporcionou vários benefícios para os seus habitantes. Com essa pesquisa percebeu-se que as emancipações não apenas aconteceram em uma determinada região ou estado, mas foram um movimento nacional e os pousonovenses participaram desse fato histórico exercendo sua cidadania. Acredito que todo esse processo teve interesses econômicos e políticos, mas na questão de Pouso Novo, essa emancipação foi fundamental para a formação cidadã de sua população, bem como a formação da identidade pousonovense.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Cintia. Desenvolvimento regional sustentável: a formação de capital social dos tipos “bonding” e “bridging” no Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 22, n.1, Lajeado, p. 27-41, 2015. Disponível em: <www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/download/629/619>. Acesso em: 18 nov. 2017
- AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de et al. Do Desenvolvimento Ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Os Rumos Da Região Do Vale Do Taquari No Início Do Século XXI. **Análise**, v. 20, n. 1, Porto Alegre, p. 84-102, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/6203/4495>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARAGÃO, Walter M. **Implantação de assentamentos e criação de municípios**: A ocorrência e as causas de um efeito territorial imprevisto no Rio Grande do Sul das décadas de 80 e 90 do século XX. 255f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144055/000918248.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- BALANDIER, Georges; MARTINS, Suzana. **O contorno**: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARDEN, Júlia Elisebete; AHLERT, Lucildo. Fluxos Migratórios e distribuição de renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período 1930-70. **Estudos do CEPE**, v. 17, p. 1- 23, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; AGOSTINI, Cíntia. Desenvolvimento Local e Regional em Questão: uma Compreensão a Partir do Enfoque de uma “Economia Política Neogramsciana” do Desenvolvimento Contemporâneo. **Desenvolvimento em questão**, ano 7, n. 14, Ijuí, p.9-41, jul. /dez., 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/172/128>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- FALEIRO, Silvana Rossetti. **Lendo memórias: 40 anos de Ensino Superior no Vale do Taquari e a construção do regional – História da Univates**. Lajeado: Ed. da Univates, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Temo Brasileiro, 2003.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PREFEITURA DE POUSO NOVO. **Atas da prefeitura de pouso novo**, 1987.
- ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2012.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

APÊNDICES

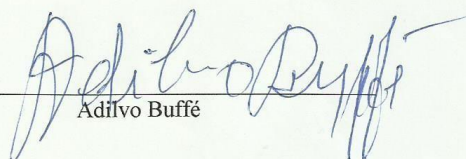
TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “Justificativa da emancipação do Município de Pouso Novo no ano de 1988 ” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo de coletar informações sobre as principais justificativas para emancipação. A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Mateus Dalmáz – professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714-7000, ramal 5348) e o(s) acadêmica Karla Ferrari Machado do Curso de História da Univates – (51 992031573).


Adilvo Buffé

Local: Pouso Novo data: 25/03/2017

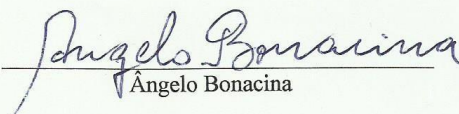
TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “Justificativa da emancipação do Município de Pouso Novo no ano de 1988 ” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo de coletar informações sobre as principais justificativas para emancipação. A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Mateus Dalmáz – professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714-7000, ramal 5348) e o(s) acadêmica Karla Ferrari Machado do Curso de História da Univates – (51 992031573).


Ângelo Bonacina

Local: Pouso Novo data: 25/03/2017

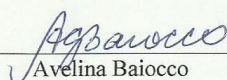
TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “Justificativa da emancipação do Município de Pouso Novo no ano de 1988 ” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo de coletar informações sobre as principais justificativas para emancipação. A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Mateus Dalmáz – professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714-7000, ramal 5348) e o(s) acadêmica Karla Ferrari Machado do Curso de História da Univates – (51 992031573).


Avelina Baiocco

Local: Pouso Novo data: 25/03/2017

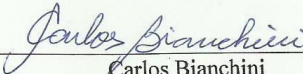
TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “Justificativa da emancipação do Município de Pouso Novo no ano de 1988 ” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo de coletar informações sobre as principais justificativas para emancipação. A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Mateus Dalmáz – professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714-7000, ramal 5348) e o(s) acadêmica Karla Ferrari Machado do Curso de História da Univates – (51 992031573).


Carlos Bianchini

Local: Pouso Novo data: 25/03/2017


TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “Justificativa da emancipação do Município de Pouso Novo no ano de 1988 ” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina de Laboratório de Pesquisa II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo de coletar informações sobre as principais justificativas para emancipação. A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Mateus Dalmáz – professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714-7000, ramal 5348) e a acadêmica Karla Ferrari Machado do Curso de História da Univates – (51 992031573).



João Demarchi

Local: Pouso Novo data: 25/03/2017